

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

15 a 21 de Novembro de 1992 Nº 64

MOÇAMBIQUE: Primeiros passos.

O governo moçambicano e a Renamo comunicaram à Comissão de Controle do Cessar-Fogo (CCF) o número de soldados que deverão ser acantonados, para em seguida serem desmobilizados. O número total é de 82.000 homens, 61.000 do governo e 21.000 da Renamo. O processo de paz vêm avançando (apesar de terem sido reportadas violações de cessar-fogo) e, se não está seguindo o cronograma fixado em Roma, isto ocorre basicamente devido ao pouco realismo com este foi estabelecido. Uma série de problemas logísticos — entre os quais a instalação em Maputo de dirigentes do movimento rebelde — impediu que o referido calendário fosse cumprido. Duvida-se já, hoje, de possibilidade das eleições marcadas para outubro de 1993 terem lugar, pois como recorda João Ferraz, correspondente em Maputo do Público, Moçambique é um país de 16 milhões de habitantes, dos quais nada menos que 6 milhões encontram-se deslocados de sua região natal. Será necessário um grande esforço de recenseamento, que ainda não está sendo desenvolvido, tanto no que diz respeito à infra-estrutura indispensável para que tal trabalho seja desenvolvido, seja no que diz respeito à formação dos recenseadores.

João Ferraz afirma que "isto leva a pensar que o prazo de outubro de 1993 é quase impossível de cumprir, pelo menos se se quiser evitar problemas como os de Angola", restando saber se as partes envolvidas aceitarão um adiamento do processo eleitoral (a Renamo, em especial, sempre defendeu prazos curtos para a realização das eleições).

No plano externo, a Itália organizará em meados de dezembro uma conferência aberta aos países que se dispuserem a contribuir para a recuperação econômica do país, anunciando que sua participação ficará na casa dos 100 milhões de dólares. Será nesta conferência que se levantará o financiamento necessário para a organização das eleições, para a efetivação dos programas de emergência e de reintegração das populações deslocadas, além da desmobilização dos combatentes da Renamo e do governo. (pp. 10-11)

NESTA EDIÇÃO:

Entrevista com Jonas Savimbi
p.01

Entrevista com Dom Matteo Zuppi, mediador do processo moçambicano de paz.
p.10

O drama dos ex-combatentes infantis de Moçambique
pp.10-11

ÁFRICA DO SUL: O impasse atual se articula com as incertezas do futuro.

A construção de uma ordem "pós-apartheid" se prenhe de grandes dificuldades e várias implicações, pois tamanha perspectiva influencia e sofre influências de toda a África Austral. Desde algum tempo, mesmo com os incertos processos de paz e democratização em Angola e Moçambique, verifica-se uma clara mudança na correlação de forças internas, regionais e internacionais, todas desfavoráveis ao regime racista sul-africano.

Historicamente, a desestruturação de sistemas políticos fechados produz inúmeras variáveis. O futuro da África do Sul "pós-apartheid" não foge a esta regra: há diversos projetos concorrentes e sustentados por diferentes forças sociais sul-africanas, austrais (aglutinadas, por exemplo, na Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral-SADCC) e internacionais. Com isso, mudanças nas relações internas e regionais estarão associadas a inúmeras e complexas variáveis.

Quando, então nos vemos diante das dificuldades e especificidades no processo de transição na África do Sul — que os artigos do jornalista Jorge Heitor demonstram —, não devemos deixar de perceber que todas as linhas do impasse atual se articulam com as incertezas do futuro, que para alguns é sinônimo de insegurança e para muitos é o princípio da esperança. (p. 12) EB

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza, Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

As palavras de Savimbi

"INSISTA que você foi o primeiro jornalista para quem o Savimbi falou", dizia o líder da UNITA no final dos 25 minutos de conversa que manteve, quarta-feira à noite, com Paulo Jerónimo, 23 anos, editor do turno da noite da Rádio Nova, do Porto. Não era necessário. As declarações de Savimbi estoiraram em Lisboa como bomba de altíssima potência e fizeram num ápice a volta ao mundo das chancelarias. Tinham todos os ingredientes que fazem os grandes documentos jornalísticos. Era, além disso, a primeira vez que o mundo ouvia as reacções do líder da UNITA à decapitação do seu partido em Luanda, no início do mês. Excerptos da entrevista, numa montagem temática das suas principais ideias:

Observadores, fora

"Quero dizer que nós aceitamos plenamente o plano das Nações Unidas, que não rejeita de forma nenhuma os parâmetros de Bicesse — é o primeiro ponto. O segundo ponto: devia haver um cessar-fogo sério, respeitado. Mas agora transferimos tudo para as Nações Unidas. Não mais observadores, porque nós pensamos que houve falhas graves no acordo, sem no entanto rejeitar o acordo de Bicesse. Quer dizer as balizas são Bicesse, o executor actual as Nações Unidas."

"(...) Para mim, acabou a época dos observadores (...) Saem os americanos, saem os portugueses e saem os russos. Agora, entra a ONU. Essa é a minha posição: para que mais observadores se entra a ONU? E também Portugal é parte da ONU, a América é parte importante da ONU, a Rússia, a federação de Ieltsin também é da ONU. Para que mais observadores? Aceitamos o plano da ONU."

Chitunda e Salupeto

"(...) A morte do vice-presidente Chitunda é um golpe duro (...) [Chitunda] foi quem negociou os acordos de Bicesse. E o MPLA teve o condão de eliminar o homem moderado da UNITA, foi muita pena. (...) Se dizem que o Savimbi é um mau homem quando perde, o MPLA é o pior homem quando ganha. No entanto, o diálogo pode evitar a catástrofe para o país (...) Massacraram milhares de homens do Sul, destruíram os comités todos, destruíram as clínicas que prestavam serviços, mataram o Chitunda, que era o melhor quadro de Angola, e o Salupeto. (...) É perigoso que o MPLA entre na euforia, porque o outro lado da moeda daqui a cinco anos também pode ser verdade."

Operacionais querem a guerra

"(...) Estou sob pressão de oficiais que nunca aceitaram Bicesse. São operativos. Os que estão em Luanda não valem nada, são todos oficiais da administração, de operações. Os operativos estão todos fora de Luanda. Querem a guerra. Eu não quero a guerra. (...) Mas que o MPLA compreenda: se faz a guerra num país dividido entre tribos e regiões, dura dez anos e o senhor Dos Santos não governa nada nesse país."

Sim à segunda volta

"(...) [José Eduardo dos Santos] teve 49 e eu tive 40 [por cento dos votos]. Tem de haver ainda a segunda volta. Quem ganhar a segunda volta então eu aceitarei. Mesmo se ele ganhar 51 ou 80, eu aceito. Neste momento ninguém ganhou (...)"

Cavaco e Durão...

"Portugal foi bem no princípio, mas agora o Durão Barroso, o Cavaco e Silva..., para mim repetiram o Alvor. Bom, mas que haja outra gente de bom senso que possa rectificar isto, porque Portugal e Angola têm que ter necessariamente relações íntimas. Mas de respeito mútuo, não de manobra e jogos da retaguarda."

[Cavaco Silva] nunca foi nosso amigo, nem agora é nosso amigo, nem importa que o seja. Não é angolano, está a levar as relações entre Angola e Portugal para um ponto crítico. Em Angola poderá haver não mais a UNITA, mas grupos armados de bandidos que matam portugueses. Ele devia pensar nisso. Ele pensa no Teixeira Duarte e no Soares da Costa [grandes empresas de construção civil a trabalhar em Angola] — isso é negócio, aqui acabou. O tempo de vender os escravos aqui acabou. O Cavaco Silva a pensar assim está perdido."

... Querem a guerra...

"(...) Fale pela rádio, reporte exactamente a minha voz: o Cavaco Silva e o Durão Barroso querem a guerra aqui para vender uniformes e carros, o Mário Soares quer a paz aqui. Haja paz em Angola... e eu vou contribuir totalmente... e que o plano das Nações Unidas seja apoiado por Portugal. (...) Isto já não é uma colónia portuguesa. Isto agora é um país independente. (...)"

... Soares é aceite

Arrependo-me profundamente que no dia 31 de Maio

de 1991 não tivesse exaltado o papel importantíssimo que o Presidente Mário Soares desempenhou para aproximar as partes. (...) O Mário Soares é aceite por nós, o que pensa o MPLA não sei. O Durão Barroso e o Cavaco e Silva já não são aceites pela UNITA, de forma nenhuma. Usem a força que usarem, mas podem arriscar os portugueses em Angola que eu deixei partir voluntariamente. (...) Qualquer plano que a ONU dividir para o encontro entre o candidato Eduardo dos Santos e o candidato Jonas Savimbi... estou pronto. (...) Mário Soares tem para nós o perfil de um político moderado, capaz. Que também seja ouvida a voz de Belém. E, por último, garanto a Portugal a amizade, garanto a Luanda a paz, garanto às Nações Unidas a minha vontade para que não haja mais guerra."

Portugueses em Angola

"(...) Não tenho razão contra o povo português, até pelo contrário, só tenho a apreciar a maturidade, a amizade, a intimidade do povo português para com o povo angolano. Mas o Governo que tenha cuidado: posso no futuro não aceitar mais que os portugueses entrem aqui e saiam... e são muitos. (...) Se Portugal persistir em pensar que Angola é uma colónia, os angolanos não vão aceitar os portugueses e os únicos culpados serão o Cavaco Silva e o Durão Barroso. Mas se nos deixarem conversar, eu estou pronto a me encontrar com Eduardo dos Santos para encontrarmos um clima de entendimento... haverá paz e os melhores amigos dos portugueses são os angolanos. Estou a dizer, os melhores amigos dos portugueses são angolanos, não é os melhores amigos dos portugueses são os luandenses. São os angolanos."

A um milímetro da guerra

"(...) Se eu for provocado, tenho capacidade de lutar para mais dez anos! Que não seja necessário (...) Portugal e Angola amam-se, mas não haja ciúme e não haja negócio, haja respeito mútuo. E daqui a três semanas vamos sair do imbróglio que neste momento nos puxa quase a um milímetro da guerra. Eu não quero a guerra, não confio no Cavaco Silva, não confio no Durão Barroso, confio no Presidente da República. Não faço política portuguesa, Portugal não faça política angolana (...)"

Cavaco: "Disparates"

O PRIMEIRO-MINISTRO português recusou-se a comentar as afirmações de Jonas Savimbi (ver "As palavras de Savimbi"), limitando-se a dizer, à saída da audiência semanal com o Presidente da República: "Há certos disparates que atingem certa dimensão que que não merecem resposta". O Governo português "estranha e lamenta" as declarações de Savimbi à Rádio Nova, do Porto — disse antes à imprensa o porta-voz do Conselho de Ministros, Paulo Teixeira Pinto. "O único intuito da mediação do Governo português é lograr atingir a paz. A paz é o único objectivo da intervenção de Portugal no processo de Angola, tal como resultou dos acordos de Bicesse" — sublinhou. "Portugal reitera a sua posição de fazer tudo, absolutamente tudo quanto estiver ao seu alcance, para que a paz seja alcançada em Angola".

Soares também discorda

O PRESIDENTE da República afirmou ontem que "não pode estar de acordo" com as declarações do líder da UNITA, Jonas Savimbi, segundo as quais Cavaco Silva e Durão Barroso "querem a guerra" em Angola. Mário Soares disse que em Portugal existe "solidariedade institucional" e que "só há uma voz" em matéria de política externa. Soares acrescentou que continua a seguir o desenvolvimento da situação em Angola "com muita atenção".

Guerra total avizinha-se?

EXPRESSO, SÁBADO 14 DE NOVEMBRO DE 1992

Henrique Monteiro
enviado a LUANDA

A GUERRA total pode eclodir em Angola, se até meados da próxima semana a UNITA não responder de forma construtiva aos apelos para novas negociações, disse ao EXPRESSO uma fonte diplomática ligada ao processo. «Os observadores internacionais concordam que não podem continuar a pedir moderação ao Governo de Angola, quando todo o país está paralisado», acrescentou a mesma fonte.

Responsáveis do MPLA têm a mesma opinião e avisam que o ultimato é sério. A UNITA, referem, continua a ocupar duas importantes capitais de província — Caxito (Bengo) e Ndalatando (Cuanza-Norte) —, além de diversos municípios, e está a pressionar o Soyo (na província do Zaíre e zona de petróleo), Cabinda e Lobito (o maior porto de Angola).

O general Higinio Carneiro referiu mesmo, ao abordar a situação militar do país, em conferência de imprensa, que «a guerra se avizinha». Também o vice-ministro do Interior, Fernando Piedade «Nandó», alertou os jornalistas para a possibilidade do desencadear de um conflito armado.

Diplomatas ligados ao processo referem que, depois dos graves acontecimentos de Luanda, o líder da UNITA não pode continuar sem responder aos apelos para novas negociações. «Savimbi ainda nem sequer nomeou os novos delegados, alegando questões relacionadas com a sua segurança em Luanda».

As iniciativas do secretário-geral-adjunto da ONU, Marrack Goulding (ex-embaixador britânico em Luanda), que se deslocou a Angola, parecem não ter sido, igualmente, muito frutíferas. Em declarações à imprensa pouco antes de abandonar o país, Goulding frisou que o ponto de vista do secretário-geral das Nações Unidas é que «o processo de paz está em perigo».

Goulding, que se reuniu com Eduardo dos Santos e Savimbi (o dirigente da UNITA recebeu o representante da ONU nos arredores do Huambo, onde o fez esperar durante mais de seis horas, antes de o receber numa cubata), apresentou o plano em quatro pontos: consolidação do cessar-fogo, retorno aos acordos de Bicesse, reconhecimento dos resultados eleitorais e maior envolvimento da ONU no processo de paz em Angola.

Savimbi «errático»

Enquanto o Governo respondeu positivamente ao plano das Nações Unidas, Savimbi foi evasivo, durante as três horas em que esteve reunido com o número dois de Butros-Ghali. Porém, na quin-

jorge Ailceres Valentim fez uma declaração na qual aceitava a mediação da ONU, o retorno a Bicesse e o cessar-fogo, mas ignorava a questão do reconhecimento dos resultados eleitorais. De acordo com fontes diplomáticas, Savimbi foi «errático» ao falar com Goulding. Chegou a referir que ia retirar-se e sem sequer concorrer à segunda volta mas, ao mesmo tempo, assumia-se como líder dos umbundos e falava do seu empenho em vencer as eleições. Em declarações aos jornalistas, Goulding salientou que existe uma grande desconfiança entre os dois movimentos, que, na sua opinião, tem de ser rapidamente superada, reconhecendo, no entanto, a dificuldade em atingir tal objectivo, uma vez que «em muitas regiões se voltou ao estado de guerra, semelhante ao que existia antes dos acordos de Bicesse».

Apesar de observadores (Portugal, EUA e Rússia) concordarem que é impossível para o Governo aguentar por muito mais tempo a ocupação de capitais de província pela UNITA, ninguém prevê que o impasse actual possa ser desbloqueado a curto prazo. «Savimbi ficou sem Estado-Maior; as declarações são-lhe agora muito mais difíceis», referia um diplomata.

Excesso de confiança

Do lado do MPLA assiste-se, entretanto, a uma gigantesca campanha contra a UNITA, a quem acusam de ter preparado um plano minucioso para alcançar o poder pela força. Documentos divulgados numa conferência de imprensa, realizada na quarta-feira (em que discretamente se comemoraram os 17 anos de independência do país), e que teriam sido encontrados nas sedes da UNITA, foram apresentados como prova.

Diversos observadores independentes acreditam na veracidade daqueles documentos, mas a verdade é que não apontam para qualquer golpe de Estado nem tomada do poder pela força, a não ser em frases retiradas do contexto.

Da leitura de diversos «faxes» escritos por Salupeto Pena (chefe da delegação da UNITA na CCPM) a Savimbi e num caderno do vice-presidente da UNITA, Jeremias Chitunda, o que se retém é o incrível desconhecimento por parte da UNITA da força do seu adversário. Salupeto chegou mesmo a referir que os responsáveis do Governo, do MPLA e das Forças Armadas estavam em pânico com o poder da UNITA e

Chitunda escreveu que «só o fogo na capital abala o inimigo, não nas províncias. É na capital que a sua capacidade de resposta é limitada».

A confiança da UNITA era de tal modo que, apesar de avisados por Nandó, na manhã de sábado, dia 31, que não deveriam fazer a manifestação porque o MPLA tinha um plano de defesa, o malogrado dirigente da UNITA não acreditou.

Durante a tarde, Salupeto Pena ainda ameaçava. Ao embaixador português, António Monteiro, referiu que iria começar a matar os portugueses e os brancos. Apesar das tropas de Savimbi terem ocupado diversos pontos da cidade, incluindo a zona diplomática de Miramar, onde tentaram fazer reféns embaixadores ocidentais (o da Suécia terá escapado por pouco), a violência da resposta do MPLA surpreendeu-os. O resultado conhece-se: a morte de Chitunda, de Salupeto e de mais alguns responsáveis e a prisão de cerca de 80 dirigentes da UNITA, entre os quais o chefe dos serviços de contra-informação, general Wambo, que permanecem sob vigilância no Ministério da Defesa.

Entretanto, fontes diplomáticas europeias contactadas pelo EXPRESSO desmentem a existência de qualquer plano por parte de Luanda para liquidar os dirigentes da UNITA. «O Governo tinha um plano de defesa: os que morreram, morreram em fuga e todos os que, em plenos distúrbios, pediram protecção à polícia, estão vivos». Também Marcelino Moco, que será o próximo primeiro-ministro de Angola, reconheceu terem havido «excessos que normais em confrontos», mas assegurou que a maior parte das armas entregues a civis já foi recuperada.

cinismo

de Lisboa

EXPRESSO, Sábado, 14 Novembro 1992

Vital Moreira

OS TRISTES sucessos de Angola mostram inequivocamente duas coisas. Primeiro, que a UNITA e o seu presidente estavam manifestamente impreparados para aceitar o veredicto democrático das eleições «livres e justas» — e que a sua adesão aos acordos de paz sempre foi inquinada de reserva mental. Segundo, que os países que se propuseram velar pelo processo de paz e pelas eleições em Angola, não apenas não se muniram de meios para impor a derrota ao perdedor, como nem sequer estiveram à altura de o desencorajar mediante uma firme e vigorosa condenação.

Penso que o reinício da guerra pela UNITA e a tentativa de assalto ao poder se ficaram a dever tanto à primeira como à segunda das referidas circunstâncias.

Os kmers negros

A pobre prestação eleitoral da UNITA, bem como a sua recusa de aceitar a derrota, veio revelar a verdadeira natureza dessa organização. Onde deveria esperar-se um verdadeiro partido político preparado para jogar com lealdade o jogo democrático, e para ser governo ou oposição, o que se apresentou na contenda eleitoral foi puro aparelho de conquista de poder.

Ninguém melhor que o general «Ben-Ben» retratou esta situação, quando declarava que, se o movimento lutara toda a vida pelo poder e se as eleições não lho haviam dado, só restava voltar aos antigos meios...

A verdade é que a derrota foi em grande parte culpa própria. Mais do que a excelência do adversário, ela ficou a dever-se à gritante incapacidade de Savimbi para se acreditar como dirigente político fiável. A sua parte de estatura política foi sublinhada dramaticamente pelo seu discurso com laivos tribuistas e racistas e pela indignidade de quadros políticos e de apoio intelectual da organização. O que sobressaiu foram generais, fazendo da UNITA uma pura organização guerreira.

Tudo isto contribuiu decididamente para fazer do MPLA, aos olhos da camagadora maioria dos angolanos,

A 'democracia' que ameaçou Luanda

o garante da unidade e da modernização de Angola, reabilitando-o das imensas responsabilidades da governação do país desde a independência.

O que acima de tudo se tornou inquietante foi a convicção, que progressivamente se gerou, de que se a UNITA ganhasse as eleições não tardaria em implantar um regime retrógrado e de feição tribalista, onde campearia o ajuste de contas com os anteriores detentores de poder e onde pouco durariam as liberdades democráticas e o respeito pelos direitos políticos dos adversários. A revelação das depurações recentes dentro da organização — com eliminação sumária dos adversários e das suas famílias, à boa maneira estalinista — fizeram muitos temer que, no caso de a UNITA ganhar, Angola em breve se transformaria numa imensa Jamba, onde só valeria, contra tudo e contra todos, a única vontade — chefe. E isto foi-lhe fatal. O não acatamento dos resultados eleitorais e o recurso às armas para conquistar o poder pela força fazem concluir que afinal a democracia em Angola não passa pela UNITA.

Da hipocrisia ao cinismo

Não menos surpreendente foi a incapacidade da ONU e dos países garantes dos acordos para lidar com a situação de forma minimamente decente. Em vez de pronta e depreciativa condenação da recusa da UNITA em obedecer à decisão eleitoral, o que verificou foi a inação e a falta de convicção na imposição das consequências das eleições e a contemporização, que não fizeram mais do que encorajar Savimbi na sua aventureira aposta de recurso à força das armas.

Enquanto a África do Sul aproveitou a situação para manobrar a favor do seu protegido, e os Estados Unidos tergiversaram sobre a necessidade de uma solução negociada e de «partilha de poder» entre vencedor e vencido, Portugal apelava sem convicção para o respeito dos acordos. Tivessem os resultados eleitorais sido diferentes e não seria difícil imaginar o vigor com que se condenaria o MPLA se ele se recusasse a conformar-se com a derrota e os meios que se moveriam contra ele para o compelir a fazê-lo. Não haveria nem panos quentes nem ideias de partilha de poder, nem nada disso. (Aliás, houve partilha de poder na Nicarágua, por exemplo?).

Em Portugal, a duplici-

dade de políticos de «opinion makers» chegou a ser chocante. Onde antes se condenava o MPLA por manter um regime sem legitimidade eleitoral, silenciava-se agora o deslante da UNITA em recusar os resultados eleitorais. Onde antigamente se recusava terminantemente que as especificidades pudessem servir para compreender os regimes não pluralistas naquele continente, agora abundavam as invocações de tais peculiaridades, para amnistiar acto contínuo a aleivosia antidemocrática da UNITA.

Os muitos antigos excursionistas da Jamba primaram em geral pelo silêncio. E a generalidade dos comentadores preferiu repartir salomonicamente as culpas pelos contendores e preconizar o entendimento das partes (como se este pudesse existir senão na base do respeito dos resultados eleitorais e as eleições não tivessem sido convocadas para decidir «quem deve governar»).

Mas quando o governo angolano, agora democraticamente legitimado, resolveu reagir às hostilidades desencadeadas pela UNITA e pôr fim à sangueira que esta estava causando, então foi um «aqui d'el-rei». A guerra desencadeada por um mau perdedor e os milhares de mortos por ele provocados só causou indiferença; mas a morte de alguns dirigentes da força política por ele responsável logo fez levantar o «clamor» das suas carpi-deiras oficiais e oficiosas em Portugal.

Não faltou mesmo quem tivesse ousado ir ao ponto de condenar como «golpe comunista» (sic) a operação de «legítima defesa» e de segurança pública realizada em Luanda, como se o único golpe de força que ocorreu não tivesse sido o da UNITA ao pegar em armas para tentar anular a sua derrota eleitoral. Dá a impressão de que ninguém mexeria uma palha para impedir a dominação do país e a tomada do poder pela força mas já se tem por intolerável que quem tem a legitimidade democrática pelo seu lado lance dos meios de defesa que tem à sua disposição. Só a mais rotunda hipocrisia ou o mais frio cinismo podem nesta circunstância permitir dois pesos e duas medidas.

SOU um angolano residente em Portugal e tenho seguido (inclusive em Angola, onde estive em Setembro e Outubro passados) o processo político do meu país.

Espanto-me quando leio que o MPLA é um «partido estalinista» ou que, noutros locais, deu um «golpe de Estado comunista de características estalinistas», a propósito dos recentes acontecimentos de Luanda que tanta gente vitimaram.

Não nego ter havido grandes excessos e desmandos na reacção ao golpe de Estado que sei que a UNITA preparava e que ela própria designava por «golpe de Estado democrático». E digo «sei» porque um dirigente da UNITA me disse o seguinte: «Nós não vamos ganhar a segunda volta das presidenciais. Por isso, para nós a solução não passa pelas eleições, mas por uma posição de resolução da situação pela via armada». Acrescentou que tudo passava pela tomada das cidades e dos municípios, culminando com a de Luanda, com o ataque ao bairro de Alvalade e ao Futungo, para prender os ministros. «Isto está por horas», concluiu. Essa versão foi-me confirmada por uma fonte dos serviços secretos portugueses.

Horas depois a UNITA toma Caála, Dombé Grande e exerce uma terrível pressão militar sobre alvos governamentais no Huambo, Bié, Malanje, Mbanza Congo, Luena, Uíje, Ndalatando, Lubango, Benguela, Lobito, etc. Ao mesmo tempo, toma a diamantífera Lunda-Norte (agora a principal fonte financeira para a compra de armas) e faz um cerco militar a Luanda, um semicírculo que vai de Mbanza Congo a Malanje, Mussende, Nharea, Andulo e Huambo, com tropas avançadas em direcção a Caxito, já perto de Luanda.

As ofensivas militares da UNITA são sistematicamente acompanhadas da prisão e da morte dos administradores (aos quais Savimbi disse que ia «partir o focinho»), polícias, militantes e simpatizantes do MPLA.

Desde que Jonas Savimbi ocupara pela força o bairro do Miramar, ainda no período das eleições, impedindo a circulação de pessoas e veículos (de que eu próprio fui vítima), que muitos luandenses estavam com vontade de expulsar a UNITA da cidade, criticando o Governo por não o fazer.

Mas o Governo tinha esta posição: não responder à UNITA, fosse o que fosse que ela fizesse. Por isso nunca fez nada para retirar da posse da UNITA (contra os acordos de Bicesse) zonas como Quimbele, Nharea, Mussende e Jamba — para só falar das mais conhecidas.

A UNITA ocupa diversas embaixadas e residências de diplomatas em Luanda, no dia 30/9. O embaixador António Monteiro tem de abandonar a sua residência, mas a reacção portuguesa é no sentido de «não empolar» a situação.

Sabendo-se derrotada, a UNITA começa a agitar o espantinho das «trações generalizadas» das eleições e, na madrugada de 3/10, Savimbi ameaça: «O CNE terá de tomar em consideração que todas as suas manobras em números falsificados levarão a UNITA a tomar posição, a qual poderá perturbar profundamente a situação deste país».

As ameaças crescem. Pela voz de Salupeto Pena, Savimbi ameaça com o caos, com a catástrofe, se os resultados forem publicados. Pela voz de Chivakuvula, ameaça «normalizar» Angola. Pela voz dos seus onze generais, abandona o exército único, numra autêntica sublevação.

Em Luanda, no dia 11, domingo, pelas 13 horas, Salupeto Pena diz na Rádio Nacional de Angola: «Se o Governo tentar libertar os polícias (que a UNITA tinha capturado quando iam investigar o rebentamento de uma bomba) nós fuzilamo-los». As ameaças culminam com a «condenação à morte» de Margaret Anstee, representante da ONU em Angola.

Entretanto, por todo o país a UNITA continua a ocupar militarmente os municípios, chegando-nos notícias de mais mortes.

Quem se levanta contra as mortes de cidadãos sem nome? Quem se lembra já dos nomes dos portugueses que a UNITA matou em S. Brás, no Huambo e perto do aeroporto de Luanda? Quem se insurge contra a ameaça de Salupeto? Quantas pessoas matou a UNITA, sem dar nas vistas? Quem contou essas mortes?

Por que é que Savimbi, «acantonado» no Huambo, tinha tantos dirigentes militares desnecessários (aparentemente) em Luanda? Por que é que os generais da contra-inteligência da UNITA, Uambo e Andrade, estavam em Luanda?

Cercados, por que é que foram unânimes em fugir para o Norte, em direcção a Caxito? Porque era de lá que vinham as forças armadas para tomar Luanda!

O golpe da UNITA falhou porque o Governo, alertado desde o dia 3 de Outubro para a iminência da tomada do poder pela UNITA, conseguiu refazer forças. O que teria acontecido se o golpe resultasse e a UNITA tomasse o poder? Talvez houvesse quem apoiasse o tal «golpe de Estado democrático», justificando-o, e as suas vítimas, como uma necessidade para a «democratização de Angola».

Se o MPLA fosse «estalinista», nem os angolanos nem os portugueses teriam visto todas aquelas imagens de cadáveres e de luta armada em directo. Garanto-lhes.

Rui Martins
Lisboa

Quem com ferro

PUBLICAÇÃO

DOMINGO, 15 NOVEMBRO 1982

mata... **Rui Ramos***

Imagine-se que nas últimas eleições portuguesas um partido da oposição, depois de acusar o Governo de fraude eleitoral, ameace, caso os resultados fossem publicados, "alentejar" ("somalizar", na terminologia da UNITA em Angola, isto é, dividir o país), reduzir Portugal a pó, ao caos e lançá-lo na catástrofe. E, ao mesmo tempo, 11 generais abandonem o Exército, seguindo as directrizes de um líder opositorista. Mais: imagine-se que, à beira das eleições, o Governo perde o controlo administrativo-militar sobre dezenas ou mesmo centenas de municípios, como Braga, Covilhã, Faro, Évora, etc., que estariam nas mãos desse partido da oposição. Que teria acontecido? Essa oposição não seria ilegalizada e reprimida?

Estivemos em quase cem por cento das mesas de voto de Luanda, desde o Cacucaco ao Futungo de Belas, desde o Kilamba Kiaxi (ex-Golfo) à ponta da ilha. Assistimos, no meio da multidão, ao acto de votação de Jonas Savimbi, no bairro de Kikolo, depois de o seu chefe de segurança, Eliseu Simbili, ter "limpo" o local meia hora antes. Vimos, por todo o lado, polícias, em grupos de três, longe das mesas, vimos elementos das FALA (exército da UNITA) serem distribuídos pelo percurso que Savimbi faria depois de votar, entre o Kikolo e o Miramar.

O único incidente que presenciámos foi no bairro Cazenga, na manhã de 29 de Setembro. Tiros partiram de um carro Renault, na avenida principal, e foi a população que avisou a polícia, que escoltou o veículo para uma esquadra. A forte presença da segurança armada da UNITA e dos seus veículos GMC, mesmo em frente de uma mesa de voto no bairro do Kikolo, não nos pareceu constituir fraude, porque os votantes depositavam os boletins numa grande privacidade, não havendo ao seu lado quem lhes desse indicação de voto.

Horas depois de Savimbi votar, as suas tropas, no bairro do Miramar, saltaram muros das embaixadas vizinhas, incluindo a residência do embaixador António Monteiro, matando guardas. O Miramar tornou-se interdito à população, pois as FALA cercaram o local, utilizando armamento pesado. Os comités-piloto da UNITA e o seu secretariado-geral estavam fortemente militarizados com soldados com a farda das FALA. A população estava inquieta. Houve pessoas que nos disseram que, se o Governo não tomasse medidas, seria o povo a fazê-lo.

Na madrugada de 2, sábado — depois de o Conselho Nacional Eleitoral, onde a UNITA tinha assento, divulgar 849.654 votos para José Eduardo dos Santos e 441.706 para Savimbi —, o líder da UNITA retomou as acusações da sua emissora (Vorgan) contra aquele órgão fiscalizador das eleições, ameaçando "perturbar profundamente a situação" do país. Nesse dia, o dólar, na rua, subiu para 100 dólares-360 mil kuanzas.

A seguir, 11 generais da UNITA nas Forças Armadas unificadas (FAA) sublevaram-se, depois de terem feito um juramento solene, Chivukavuku ameaçou "somalizar" o país se os resultados fossem publicados, Salupeto Pena ameaçou com o caos, a catástrofe, a redução a pó do país. Depois, foram as ameaças de morte aos jornalistas estrangeiros, a Margareth Anstee, enviada da ONU, ao director-geral das eleições, Onofre dos Santos (que teve de abandonar o Hotel Trópico).

Acto contínuo, as tropas da UNITA ocuparam mais municípios e fizeram um cerco a Luanda, por Mbanza Congo, Uije, Mussende, Nharea, com tropas especializadas, preparando a invasão de Luanda pelo Norte. A UNITA perdia, irremediavelmente, o apoio de muita gente que via com simpatia a sua luta contra o partido único. Da parte do Governo, nenhuma reacção.

Na sua progressão militar, a UNITA ia matando, desde logo depois dos acordos de Bicesse, sobas, administradores, simpatizantes e militantes do MPLA e suspeitos de terem pertencido à Segurança de Estado. No Lubango, os simpatizantes e militantes do MPLA foram mortos à catanada; em Benguela, o jornalista Jorge Costa foi morto pela UNITA à machadada; no Huambo, três intelectuais foram metralhados na calada da noite; em Luanda, três portugueses foram mortos perto do aeroporto por tropas da UNITA. Vários sobas do Bié disseram-nos, em privado, que o principal problema na região eram os assassinios perpetrados pela UNITA.

Em Luanda, muita gente continuava a criticar a passividade do Governo, ante a ameaça tão próxima de guerra. A UNITA ocupava militarmente muitas zonas da capital, interditando-as à circulação. As três horas de uma madrugada, presenciámos, frente ao Hotel Mundial, na Baixa de Luanda, o descarregamento de dezenas de caixas de armamento para um terceiro andar, operação interceptada pela polícia, de guarda às instalações das telecomunicações que ficam mesmo em frente, que as confiscou.

No ar havia a preocupação de que a UNITA poderia a breve trecho afrontar o Governo, o que era confirmado pelo alardear de intenções, por parte da UNITA, da tomada de posições militares fortes na generalidade dos municípios, para depois atacar alvos estratégicos em Luanda, o que culminaria com a prisão dos ministros.

Já sem as FALA, o regime cessante foi ganhando tempo, desde o dia 3 de Outubro (depois da "declaração de guerra" de Savimbi), para refazer cadeias de comando, para chamar desmobilizados, para preparar a polícia. Aliás, a polícia andava enraivecida — isso via-se bem no semblante dos seus agentes — desde que Salupeto Pena ameaçara fuzilar 11 agentes, a quem chamou "macacos". Também os polícias antimotim, de farda preta, andavam com vontade de responder à ameaça de Savimbi ("Vou-lhes partir o focinho!"). A tensão era tão grande que já quase ninguém andava na rua depois das 18 horas. O "sexto sentido" dos cambistas de rua subiu o dólar para 400 mil kuanzas. Não havia dúvida de que a guerra estava muito próxima.

A causa profunda deste estado de coisas prende-se com a pressa eleitoral defendida pela UNITA. Nas conversações que culminaram com Bicesse, a UNITA — um poder paralelo ao Governo — queria as eleições no mais curto período de tempo, mesmo com dois exércitos, contra o que se manifestou na altura a Igreja Católica angolana, o MPLA e a generalidade da oposição emergente.

Para a UNITA parecia evidente que ia ganhar as eleições facilmente e por isso queria realizá-las rapidamente. Não se tratava, para Savimbi, de lutar pela democracia, mas pelo poder central. Foi por isso que o líder da UNITA, quando se apercebeu da derrota, reagiu tão violenta e negativamente, isolando-se ainda mais da sociedade angolana e completamente da comunidade internacional, chegando a nem atender o telefone a Herman Cohen. Savimbi, como um acochado, não estava, assim, preparado para perder as eleições.

Despeitado, gritou palavras duras e amargas aos seus colaboradores, por quem se sentiu traído. Talvez tivesse razão, porque muitos dos seus conselheiros mais próximos o informaram mal, o levaram a ter uma imagem agressiva para com muitos eleitores e lhe garantiram que a maioria estava segura. O seu director de imagem, Sean Clearly (recentemente expulso de Angola), dos serviços secretos sul-africanos, quase nada conhecia da sociedade angolana, para além da Jamba, onde passava longas temporadas. Nos tempos seguintes às eleições, Savimbi foi novamente traído pelos seus conselheiros mais próximos, que o aconselharam a fazer a guerra, a ocupar as cidades e as comunas.

Savimbi não foi o líder que se esperava, não soube integrar a UNITA na sociedade, perdendo a oportunidade de se transformar num grande líder da oposição e de preparar forças para conquistar o poder nas urnas dentro de quatro anos.

Incapaz de força moral para explicar aos seguidores o motivo por que perdeu eleitoralmente a luta armada de 16 anos, retraiu-se humilhado, agitou o fantasma da "fraude eleitoral", exigiu a repetição das eleições, chamou "corruptos" e "mentirosos" aos observadores internacionais às eleições, acusou Portugal e os EUA — ora um ora outro país, conforme os rumores de ocasião — de colaborarem na "fraude eleitoral" do MPLA e desencadeou a guerra total, com um cortejo de vítimas em que o mundo não reparou. Desrespeitou primeiro a ONU e agora clama pela sua mediação, em vez de Portugal...

Do signo Leão, ele foi coerente: derrotado, não aceita, birrento, acusa os colaboradores, foge, isola-se, para depois se atirar para a frente, com iniciativa, reorganiza-se, sacrifica peões, diz-se e desdiz-se, acusa, tenta levantar-se...

Savimbi não podia — nem pode — perder poder. Mesmo que seja uma réstia de poder. Porque, quando perder poder, ele sabe que a sua posição se fragilizará completamente, que teria até de responder judicialmente por alegadas mortes de muitos intelectuais da própria UNITA.

Por isso, Savimbi não pode fazer a luta política em mineria. Só pode fazer a luta armada, até que esta o leve ao poder. Esta foi a conclusão a que chegou também Simão Cacete, o mais radical opositor político ao MPLA, quando, depois de se deslocar ao Huambo para dissuadir Savimbi de fazer a guerra, se apercebeu de que a UNITA não tinha cumprido o grande objectivo da sua deslocação: evitar que esta crise conduzisse a acções de guerra. Cacete conclui que é condenável que a UNITA, apesar de ter assumido esse compromisso, o tivesse negado participando em acções violentas.

Ao abandonar o Exército único angolano, ao ameaçar com a "somalização", a redução a pó, o caos, a perturbação profunda, a catástrofe, a demissão arbitrária de jornalistas no dia 1 de Outubro, a pancada aos administradores municipais e aos polícias antimotim, o desprezo pelos habitantes de Malanje ("Prefiro os cubanos aos malanjinos") e das zonas urbanas e de asfalto (Vorgan: "A vitória do povo angolano sairá das zonas suburbanas e do mundo rural") e, finalmente, com a intenção de tomar o poder central pela força, Savimbi apostou na divisão, no confronto, na destruição, na morte, na estratégia de guerra. Reanimou forças radicais no seio do regime, lançando-lhes nos braços sectores moderados.

Os trágicos acontecimentos do fim-de-semana de 31 de Outubro para 1 de Novembro em Luanda não são, pois, de estranhar. Surpresa teve-a a UNITA, pois não supunha que as "indigentes" forças governamentais ainda tivessem tanta energia. Se o "golpe de Estado democrático", como lhe chamava a UNITA, tivesse êxito, o que teria acontecido?

Não temos ilusões: nada de bom para a desejada vivência democrática e pluralista em Angola. ■

* jornalista angolano residente em Lisboa

PUBLICO SEGUNDA-FEIRA, 15 NOVEMBRO 1992

Indústrias de Benguela precisam de 5,6 milhões

A RECUPERAÇÃO do parque industrial de Benguela, afectado pelos incidentes da última semana, custará 40 milhões de dólares (5,6 milhões de contos), segundo disse, à Lusa, Angelo de Oliveira, presidente da comissão reactivadora da Associação Comercial de Benguela.

Segundo ele, a quase totalidade do parque industrial da província ficou destruída, havendo casos em que "tudo terá de ser feito de novo". Angelo de Oliveira está, entretanto, em Portugal, para encetar contactos com eurodeputados portugueses no sentido de ser criado um fundo de financiamento que possa acudir aos prejuízos.

Os comerciantes e industriais de Benguela clamam ainda por uma revisão das taxas alfandegárias e pela criação de uma nova legislação laboral, já "muitas das fábricas afectadas pelos conflitos terão que reduzir o seu número de trabalhadores".

Angelo de Oliveira quer

também ver resolvidas algumas outras questões como seja a elaboração de um plano urgente de reabastecimento dos produtos alimentares, pois "houve armazéns e lojas que ficaram sem mercadorias".

Neste momento é urgente solucionar os problemas das mercadorias que ainda não foram pagas e que foram roubadas e dos empréstimos bancários para a compra de bens.

O dirigente da comissão reactivadora referiu ainda que a cidade de Benguela se debate com vários outros problemas graves, como, por exemplo, a poluição, resultado de explosões e incêndios em unidades fabris, e que está a criar o perigo de contaminações e doenças graves.

Na província de Benguela, as principais fábricas afectadas pelos incidentes foram a CIN (tintas), a Limpex (detergentes) e a Angola Frios. Na cidade de Lobito, o comércio está praticamente "destruído". ■

UNITA repete no interior o que MPLA fez na capital

Do nosso enviado
António Matos,
em Luanda

Poucos ou nenhuns, os sinais de desanuviamento em Angola. Savimbi garante que tem intacta a sua máquina de guerra e que a pode fazer funcionar durante dez anos. "Os que estão em Luanda não valem nada, são todos oficiais da administração, de operações. Os operativos estão todos fora de Luanda", disse na sua polémica entrevista à Rádio Nova.

Por seu lado, a "junta militar" que parece estar a governar o país diz estar a preparar uma ofensiva. "Estamos a preparar-nos para a guerra, que começa a ser a única saída", palavras do general Higinio Carneiro, na quarta-feira, em conferência de imprensa.

Com este general, outros três constituem um grupo de coordenação das operações militares, que na prática desempenham o papel de uma "junta militar" na condução da crise. São eles França N'Dalu, chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, Ekwikwi, comandante da polícia antimotim (os "ninjas"), e Fernando Piedade "Nandó", vice-ministro do Interior. Ninguém mais tem dado a cara.

O marasmo que se instalou em Luanda, em tudo semelhante ao que existia nos dias que antecederam a batalha, lançou já os enviados da imprensa estrangeira num clima de ansiedade. Quase todos concentrados no Hotel Tyoli, os jornalistas estrangeiros enfrentam diariamente inúmeros rumores sobre a situação vivida um pouco por todo o país: desde a iminência de um ataque à capital da província de Malange, com o mesmo nome, até ao cerco de Luanda, passando por intensos combates em Benguela.

Se relativamente a Malange é o próprio governador da província, refugiado em Luanda, quem o diz, sobre o cerco da capital nada é possível confirmar, embora a concentração de tropas da UNITA na província do Bengo fosse já um dado adquirido antes dos confrontos de há 15 dias. Em Benguela, porém, onde se encontram dois enviados especiais deste jornal, embora o clima seja de tensão não há confrontos armados desde segunda-feira.

Na província do Bié (que parece quase toda controlada pelos

bomens de Jonas Savimbi), a UNITA estaria a fazer buscas casa a casa, procurando apoiantes do MPLA, de acordo com o relato da informação oficial angolana.

Quando Savimbi assegura que os seus "operativos" estão fora de Luanda não deve ignorar, certamente, nomes como Abílio Numa e Arlindo Pena "Ben-Ben", que uma testemunha afirma ter visto na cidade do Caxito, capital do Bengo. O general Numa é, aliás, um dos guerrilheiros mais capazes do movimento de Savimbi. Foi ele o comandante das tropas da UNITA que durante os últimos nove meses de 1990 sabotaram sistematicamente o abastecimento de água e luz a Luanda. Nomeadamente com acções na linha de Cambambe — a 100 quilómetros de Caxito — e nas condutas do Panguila.

O general "Ben-Ben", dado como morto nos confrontos de Luanda, e cujo corpo teria sido reconhecido numa viatura totalmente destruída no Bairro do Miramar, parece, afinal, estar vivo e de boa saúde. "Eu assisti-me quando o vi, e ele riu-se", relata ao PÚBLICO uma testemunha do fim-de-semana sangrento no Caxito, para onde viajara com três portugueses. "Fomos caçar", diz.

Fernando, 35 anos, levava consigo uma "handycam" com que registou alguns dos dramáticos momentos vividos naquela cidade. Pelo chão, sobretudo corpos de polícias, "o principal alvo das tropas da UNITA". Outros testemunhos referem a destruição e saque da maioria dos serviços públicos e assassinatos de militantes e simpatizantes do MPLA.

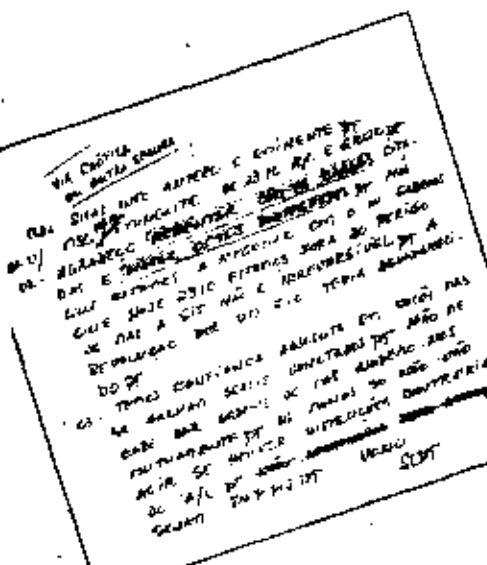
O relato da fuga de Fernando até Luanda tem traços de autêntica odisséia. Conta que "Ben-Ben" foi à sua procura: "Tinha-me tornado suspeito e até me dissera que eu era 'ninja'". De acordo com o seu relato, seria depois o chefe das FALA (exército da UNITA) quem organizou uma escolta para o levar até Ambriz. "Lá, roubei um barco e vim até aqui".

Sobre a fuga de "Ben-Ben" de Luanda, Fernando não tem muitos pormenores. "Não queira fazer demasiadas perguntas." Mas conta o que alguém lhe disse: "Fugiu a pé, vestido à civil". ■

MPLA tinha montado plano anti-UNITA

Henrique Monteiro enviado a ANGOLA

O MPLA tinha um plano para acabar com as acções da UNITA em Luanda, de que fez parte uma generosa distribuição de armamento (sobretudo



munições) à população. Fontes diplomáticas e da própria direcção do MPLA admitiram ao EXPRESSO a existência de um projecto com estes contornos.

Nos dias que antecederam o 31 de Outubro, armas e munições foram distribuídas a elementos de confiança do MPLA, nomeadamente a desmobilizados das extintas FAPLA e a ex-membros da ODP (Organização de Defesa Popular). Ao mesmo tempo, foi criada uma espécie de direcção operacional que integrava as várias sensibilidades do partido: Fernando Piedade «Nandó» (vice-ministro do Interior), o general

N'Dalu (chefe das FAA), os generais Higinio Carneiro e Pedro Sebastião (que fazia a ligação com o Presidente), o chefe dos «ninjas», coronel Ekwikwi, e ainda o antigo líder da ODP, Santana Imperial.

Na manhã do 31 de Outubro, na CCPM, «Nandó» avisou solenemente Salupeto Pena de que o Governo não continuaria a tolerar a situação. Luanda estava cercada, havia ameaças da UNITA de reduzir a cidade a pó, e a tensão resultante de existirem dois autênticos exércitos (polícia e FALA) em quase todas as ruas paralisava a cidade. Além disso, a UNITA tomara autênticas disposições de guerra (incluindo armas pesadas).

Nessa reunião foi também discutido o facto de a UNITA querer realizar uma manifestação em Luanda — o momento que se tinha tornado mais temido pelo MPLA e pelos observadores —, apesar de proibida

pelo governo da cidade. A decisão de avançar com a manifestação não era sequer conhecida por todos os dirigentes da UNITA. Na verdade, o líder provincial do movimento, Honório Van Dunem, tinha acordado com o Governo Provincial o seu adiamento por uma semana.

Porém, nessa madrugada, Savimbi enviara um fax do Huambo, para os seus homens em Luanda, onde era explícito: «Não aceitem parar com a manifestação seja qual for o preço. Enquadrem bem o povo, não haja violência e tomem as disposições necessárias de defesa, em caso de violência». As 11 horas, Ben-Ben respondia ao «maio mais velho» (Savimbi): «Em relação à marcha de hoje, nós vamos realizar, custe o que custar».

Da sede da UNITA na Maianga chegaram a sair manifestantes. Ouviram-se tiros e, de repente, toda a cidade estava sob fogo. O MPLA posicionara-se junto a todos os pontos importantes do movimento do Gato Negro.

Nos museques, militantes da UNITA foram perseguidos e mortos pelos «civis» do MPLA. Em menos de 24 horas, a UNITA estava em fuga de Luanda. O plano, que começou a ser delineado depois da explosão do paiol junto ao aeroporto, a 15 de Outubro, tinha resultado.

Cerca de 80 responsáveis da UNITA continuam presos no Ministério da Defesa. Os únicos dirigentes do movimento que se sabe terem escapado da cidade foram os generais Ben-Ben e Gato e o brigadeiro Katokessa. O primeiro e o último juntaram-se às tropas da UNITA a norte de Luanda, o segundo está ferido, no Huambo.

Observadores diplomáticos ocidentais, contactados pelo EXPRESSO, afirmam não acreditar que o MPLA tivesse procurado dizimar a direcção da UNITA. «Todos os que se entregaram à Polícia estão vivos», salienta um deles.

UNITA subestima organização do MPLA

Documentos e gravações telefónicas encontrados nas sedes da UNITA (que observadores independentes afirmam ser verdadeiros) demonstram que os seus dirigentes subestimaram a força e a capacidade de organização do Governo e do MPLA. Salupeto manteve até ao fim a arrogância que o tornou o político mais detestado de Luanda. Em contacto telefónico com António Monteiro, por exemplo, referia-se a N'Dalu (hoje o único dirigente do país com «canal aberto» para Savimbi) como «o seu filho N'Dalu, esse anilato aldrabão». Em documentos encontrados nas sedes da UNITA e assinados pelo malogrado dirigente, podem ler-se coisas como: «Agradeço rebentar com cargas titadas e matar os tais portugueses» (desconhecendo-se quem).

A situação em Angola continua num impasse. A UNITA mantém a ocupação de Caxito e Ndalatando, cercando Luanda pelo Norte e o Leste. Fontes diplomáticas prevêm que ou Savimbi se dispõe a negociar ou a guerra total começa a muito curto prazo. A primeira acção ofensiva, em caso de insucesso das nego-

ciações, deverá ser o avanço das forças governamentais no sentido de recaptar Caxito.

[Em Lisboa, um membro do Governo português, respondendo a acusações do «lobby» pró-UNITA segundo as quais Portugal favorecia o MPLA, explicou: «O MPLA tentou defender os portugueses neste processo e, ao mesmo tempo, há uma organização que manda matar os portugueses. Ora, eu sou português. Mesmo assim consideramos que a participação da UNITA continua indispensável para se atingir a paz.»

[Por outro lado, o Governo de Lisboa diz-se na posse de informações que revelam estar Savimbi a manter um discurso incoerente e desarticulado, o que membros da UNITA explicam pelo cansaço e a preocupação que afectam o líder, devido à morte dos seus colaboradores mais directos e às ameaças sobre os seus homens em Luanda. O secretário-geral adjunto da ONU, Marreck Goulding, esperou seis horas e meia para ser recebido por Savimbi, na quinta-feira, encontrando-se com ele numa palhota nos arredores do Huambo, em condições de pouca salubridade, denotando um espírito de regresso à guerrilha.]



Beco

EXPRESSO 14-11-62

QUEBRANDO o silêncio, Jonas Savimbi veio a público, numa entrevista à Rádio Nova, dizer que os portugueses devem deixar a mediação em Angola e entregá-la às Nações Unidas, que se há guerra em Angola a culpa é dos portugueses, e mais ainda: «O Cavaco Silva quer a guerra, o Durão Barroso quer a guerra» (...) «é o Mário Soares é que quer a paz em Angola» (...) «Portugal está a agir como se Angola fosse uma colónia».

Depois do que se tem passado em Angola nos últimos dois meses, não espanta que Jonas Savimbi tenha feito tais declarações. Ainda não há muitos meses, numa entrevista ao EXPRESSO, o líder da UNITA dizia que a UNAVEM mentia, em Setembro os seus homens assaltaram a sede da UNAVEM no Kuito, Bié, para prenderem elementos da Guarda Presidencial, e ainda não há muito tempo Buro-Ghali protestava porque a srª Ansine, representante da DNU em Angola, tinha sido ameaçada através da «Vorgan», a rádio da UNITA.

PORTUGAL não é, desde a assinatura dos acordos de paz, mediador em Angola. Mas isso não impediu que tenha sido graças aos assessores portugueses na CCPM que foi possível muitas vezes ultrapassar impasses criados pela intransigência da UNITA — e as actas da CCPM existem para o provar. E por mais de uma vez foi a própria UNITA quem pediu a Portugal que encontrasse uma plataforma comum que servisse às duas partes.

Atacar o elo mais frágil da cadeia, o país com menos peso internacional, é uma tática a que a UNITA recorreu mais de uma vez, e nem sempre com muita elegância, como sucedeu com os ataques virulentos feitos pelo «Terra Angolana» (o jornal da UNITA) ao embaixador António Vítor Monteiro.

Dos três observadores na CCPM — portugueses, americanos e russos —, são os portugueses quem, por razões históricas e culturais, melhor conhecem Angola e os angolanos. Ignorar que portugueses e angolanos têm rela-

ções fáceis e boas, apesar do passado colonial, é negar a realidade dos dois países, mas sobretudo a realidade angolana.

TERIA sido fácil a Cavaco Silva e a Durão Barroso manterem-se à margem do conflito. Portugal não teria, é certo, os louros da vitória diplomática alcançada com os Acordos de Bicesse, mas também não correria os riscos de se envolver numa semirresolução e na embrolhada de procurar uma solução para a crise desencadeada pela recusa de aceitação dos resultados eleitorais — ratificados pela ONU. Como teria sido fácil nos períodos de crise pôr-se de lado e dizer que era um problema entre angolanos em vez de, nos bastidores, procurar acções de compromisso entre as partes.

Afinal Portugal não é uma potência económica que possa tirar grandes dividendos da reconstrução do país. Quanto muito colocou-se em boa posição para que pequenos e médios industriais e comerciantes possam investir em Angola.

Cavaco Silva não necessitou do processo de paz angolano para levar o PSD à vitória eleitoral por maioria absoluta. Afirmar que o primeiro-ministro português não quer a paz em Angola, que quer vender armas e fardamento e que Portugal se deve retirar do processo de paz não é de um homem que, independentemente das suas relações com o regime colonial, era indubitavelmente um líder africano com carisma. As atitudes do líder da UNITA e as suas afirmações ao longo deste processo têm vindo progressivamente a erodir o seu prestígio tanto em Angola como no Mundo.

MESMO na oposição Jonas Savimbi tinha (tem) um papel importante a desempenhar, não só em Angola como num continente que carece de políticos carismáticos. O presidente da UNITA não pode continuar neste tom, sob o risco de perder o seu prestígio — já abalado — e de ver a sua imagem comparada à de um líder tribal, o que o colocará cada vez mais num beco sem saída política.

Nzita Tiago

«Cabinda ainda é português»

EXPRESSO 14-11-92

Daniel Ribeiro em PARIS

NZITA Tiago, presidente da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda — Forças Armadas de Cabinda (FLEC-FAC) quer a independência e, para isso, não hesita em recuar longe no tempo. Para ele, o pequeno e rico enclave angolano em território do Zaire é ainda português e Portugal «um mau amigo» que os abandonou ao colonialismo de Angola, em vez de os proteger. Diz que, para já, não quer a luta armada mas sim ajuda, e rejeita quaisquer contactos com a UNITA, assim como com o Governo de Luanda.

EXPRESSO — Face à crise actual em Angola, qual é a estratégia da FLEC-FAC?

NZITA TIAGO — Desejamos apresentar a situação de miséria que se vive em Cabinda, e pedimos ao Governo português, à ONU, e à OUA que constatem a forma como os angolanos nos tratam, como nos matam e como colonizam Cabinda. Cabinda não é Angola, e a nossa miséria radica na violação pelos portugueses dos tratados que assinaram com os chefes tradicionais no século XIX e que confiaram então em Portugal. Não temos nada a ver com a política angolana. Portugal chegou a Angola no século XV, e quando saiu de Angola e de Cabinda abandonou os dois países. Desejamos a independência e vamos lutar por ela até ao fim.

EXP. — Está a pedir a Portugal uma mediação?

N.T. — Não queremos mediação nenhuma porque nos consideramos ainda um protectorado português. Queremos falar directamente com Portugal e estou aberto a discutir. Que mal fez Cabinda a Portugal? O Governo português deveria ser nosso amigo e proteger-nos, estamos prontos a falar com os portugueses directamente. Portugal não entrou em Cabinda por intermédio dos angolanos, foi com um contacto directo.

EXP. — Mas vai aumentar a luta armada...

N.T. — Neste momento pedimos ajuda aos portugueses, a qualquer país, à comunidade internacional, porque desejamos a restituição da nossa soberania. Temos de lutar para nos libertarmos do colonialismo angolano.

EXP. — Diz-se que a UNITA, que ocupou posições no Soyo, no Norte de Angola, entrou em contacto com a FLEC-FAC...

N.T. — Não é verdade. O Soyo é Angola, e no caso de se verificar a travessia da UNITA para Cabinda tem de ser com o consentimento do Zaire. Nesse caso, o Zaire terá problemas conosco.

EXP. — Tem contactos com o governo de Luanda?

N.T. — A FLEC-mãe, a FLEC de origem, não está em contacto com ninguém, mas fomos abordados três ou quatro vezes por enviados de Eduardo dos Santos. Neste momento não sei se o Governo de Luanda já está constituído. Durante o tempo das eleições, quer o governo quer os partidos angolanos verificaram que os cabindas não votaram. O que queremos é que Angola saia de Cabinda, para organizarmos eleições, instalarmos as nossas instituições, e depois falarmos do futuro com Luanda. Os portugueses devem dizer aos angolanos para saírem de Cabinda.

EXP. — É verdade que a instabilidade em Cabinda originou dez mil refugiados nos países vizinhos?

N.T. — Mais. Estão no Congo e no Zaire, e o dever da comunidade internacional é ajudá-los.

Marcelino Moco ao EXPRESSO

«Governo vai ater-se a Bicesse»

O GOVERNO transitório de Angola, que deverá ser anunciado nos próximos dias, vai ater-se aos «acordos de Bicesse e à legalidade democrática», assegurou ao EXPRESSO o secretário-geral do MPLA e futuro primeiro-ministro, Marcelino Moco. De acordo com o mesmo responsável, as tarefas prioritárias do Governo, que integrará independentes e militantes de outros partidos, será «aprofundar a democracia e continuar a batalha pela paz».

A indignação oficial de Marcelino Moco, que deverá ocorrer no início da próxima semana, apesar de não ser pacífica no interior do seu próprio partido (onde é considerado pelos mais radicais como «muito mole»), não constituiu uma surpresa. Moco, de 35 anos, natural do Huambo e de etnia umbundu, é a resposta do MPLA às acusações de Savimbi. se-

gundo as quais os umbundos têm sido sempre subjogados pelos povos do Norte do país.

O actual primeiro-ministro, França Van Dunem, deverá ser, entretanto, escolhido para presidente da Assembleia Nacional, enquanto outro homem forte do actual Governo, Pedro «Loy», actual ministro dos Negócios Estrangeiros, será nomeado embaixador da ONU.

O novo responsável pela diplomacia será Venâncio de Moura, até agora vice-ministro, enquanto o general Zé Maria ascenderá a ministro da Defesa. O cargo de ministro da Informação será ocupado por um dissidente da UNITA e dirigente da FDA (Forum Democrático Angolano), Paulo Tchililika.

De acordo com Marcelino Moco, «a entrada ou não da UNITA neste Governo, apenas depende deles», uma vez que o

novo Executivo será formado de acordo com os resultados eleitorais, mas também em consonância com a «situação política actual». A constituição de um Governo de Unidade Nacional que integre o movimento de Savimbi «complicou-se depois dos confrontos de Luanda, mas nós, em homenagem à paz, estamos prontos para o aceitar. Na minha opinião, isso apenas depende do que a UNITA pensa sobre o futuro de Angola», acrescentou Marcelino Moco.

Preservar a imagem

O futuro primeiro-ministro defende que o MPLA e o Governo de Angola devem preservar o «prestígio internacional» que ganharam ao longo deste processo. Nesse sentido, assegura que o caminho a seguir será em total consonância com os acordos de Bicesse e a legalidade democrática.

Referindo-se à participação de civis armados nos confrontos em Luanda, há 15 dias, Marcelino Moco admitiu que elementos que faziam parte das organizações de defesa civil, já desmanteladas (OVP), exigiram armas à polícia. Reconhecendo que houve «excessos», afirma, no entanto, que o MPLA e os próprios habitantes da cidade estavam fartos de «engolir sapos».

Henrique Monteiro
e Gustavo Costa,
correspondente em Luanda

Uma sugestão

Trabalho de António Arroio

Não para as imprensas a transmissão de informação com a corte de chefes da UNITA em Luanda. "Verdadeira coisa ao homem", "Adriano me desestava colérico"; "golpe de Praga, apoiado na me-fa comunista". Os discursos demorados, quando lhes ocorrem princípios, reagem como lobos.

De facto, os discursos do Governo de Luanda são escarabaceos. Só porque a UNITA se recusou a aceitar o resultado das eleições, começou a reorganizar as suas tropas e uns escafiados escafiaram um sero-parto e uma esquadra, já é caso para se falar em golpe de Estado e começar a dispor-se a torto e a direito? Não será que o verdadeiro golpe de Estado foi o do Governo, provocando a frustração da UNITA ao diluir o colapso provisório de votos que lhe eram muito desfavoráveis?

Agora, muita coisa manobra de diversão, citaram as populações que fogem do Huambo, do Lobito, do Caxito e acusaram as sub-estruturas de estar a apoiar do Caxito e reagrupamento das forças da UNITA e com avóios o reagrupamento das forças da UNITA e

PIRILLO Dupont e Dupond

14 NOVEMBRO 1985



O grande problema é a falta de vontade política para a transição da fase de guerra civil para a democracia, esbarramento dos grupos, reafirmação de efectivos militares de ambos os lados, constituição de um exército nacional único, liberdade de expressão e de formação de agrupamentos políticos, observadores internacionais para acompanharem o processo eleitoral, etc.

Mas Savinhi, que durante os anos de guerrilha trabalhou nos quintos rurais que havia para libertação e democracia em Angola, perdeu as eleições e não conseguiu o poder, acredita a opinião de camadas de militares e de civis, acredita a opinião de camadas de observadores internacionais, que se estava perante uma fraude eleitoral generalizada. Recusou para o Huambo, onde conta com o apoio da sua etnia ovimbunda, retirou os seus generais do parvo-exército bairrada, retirou os seus generais do parvo-exército bairrada e preparou-se para tomar pela força das armas o poder que as urnas lhe tinham negado.

Numa primeira fase, a UNITA ocupou as unidades de dissuasão na Luanda por forma a assegurar os deslocamentos, deslocamentos para o exterior de guerra, que lhe seriam necessários, pensava Savinhi, pelos seus antigos aliados americanos e europeus. Fichou-se em seguida de testar a capacidade e determinação das forças brancas. O Governo um pouco por todo o lado. A aparência passiva do MPLA por todos os de cima para baixo, bem o ataque aos depósitos de combustível no aeroporto, a sua elevação no capital.

Não tinha sido tarefa fácil retirar à mesa das negociações de Bicesse os dois partidos inimigos, designadamente o MPLA. Partilhou-se no horizonte a esperança de vir a perder nas urnas o poder absoluto, que, com a ajuda interessada de aliados e aliados, devia desde a independência do país em 1975,

para passar das demarcatórias do ministro Pa Botelho de facto (botelho) para de facto (Botelho) de facto, que está no seu direito de resistir, porque o MPLA ganhara as eleições. É dum sistema espartaco. Primeiro, há grandes de pessoas autoritárias que duram dos resultados eleitorais, visto que se concretizam irregularidades. Por exemplo, a dr. Maria José Nogueira Pinto, o eng. Nuno Abecassis. Diz a ONU que foram erros pontuais e não afetando os resultados globais? Não interessa! Quer-se a verificação de uma irregularidade para o Governo, re-afirmação de uma, por o lugar a disposição.

É mesmo que tenham ganho, isso que tem? Julgam que estão na Europa? Como se não sobressaem que em África as coisas não se resolvem por votos, que há a tradição, o peso das chefes tribais, o consenso. Era evidente para todos que o orgulho do dr. Jonas Savinhi e do povo ovimbundu não suportaria o veredicto de uma derrota eleitoral. Mas, alegam ainda, erra-se em condutas incoerentes, que se as eleições não eram para levar a sério, não valia a pena a ONU per organizado, e controlado o processo eleitoral. Arguem o mesmo.

É claro que toda a gente civilizada subentende

Membros do partido e funcionários do aparelho de Estado, convencidos de que o tempo das vacas magras lhes havia à porta, estavam a ganhar de sua parte o governo nacional durante o período de transição para delegarem o protagonismo do Estado, fazendo registos com que, provavelmente, acompanharam alguns serviços internacionais no estrangeiro.

A maioria dos eleitores preferiu no entanto votar na estabilidade que lhes prometia o acrílico José Eduardo dos Santos (que se apresentou pelas urnas caindo com um "futuro tranquilo") colado na realidade ao meio no descontentamento que seria uma vitória para Savinhi e da UNITA.

A desconfiança entre MPLA e UNITA tinha-se gerando ao longo de todo o período de transição, Savinhi insistia em conservar intactos parte das suas forças e o Governo negociou com a criação de uma polícia autónoma, a UNITA nunca largou mão das armas e nos vértices das eleições havia, espalhados pelo país, vários milhares de homens armados. Os principais órgãos de informação, sob o controlo do Governo, apresentavam a situação ao apresentarem resultados eleitorais que, pela sua parcialidade, deram à UNITA o direito para invocar fraude.

Estavam assim criadas as condições para que o derrotado nas urnas pudesse contestar, de formas distintas, o veredicto popular. A UNITA, ao recusar o reconhecimento oficial da política, assumia a sua posição de núcleo na oposição. Unidades da polícia armadas, autorizadas por simplificação do MPLA, desentendidas com a verdadeira coisa ao homem, deixando de si um resíduo de desconfiança e morte, com centenas de cadáveres espalhados pelas ruas de Luanda. É possível que as forças pré-governamentais tenham, internacionalmente, feito crer aos responsáveis da UNITA que não dispunham de capacidade de resistência à altura para depois mais facilmente os admitirem. Foi o que acabou por acontecer e a UNITA vê-se assim desguapeada de parte muito significativa do seu arsenal militar político.

A pergunta que agora todos se colocam é a de qual se será possível ainda salvar os escritos de Di-Cosse. Sem intervenção concertada da comunidade internacional, o mais provável é que os documentos mencionados que têm preservado em África se voltem a afirmar a falta de preparação dos africanos e a falta de união para aceitar as ideias de partilha do poder e de alianças que uma sociedade pluricultural implique.

PIRILLO 14 NOVEMBRO 1985

que se tratava dum acto eleitoral simbólico. Durante o mandato da nova ordem internacional, esperava-se que o Governo angolano fosse as regras e costumes do lugar ao dr. Savinhi, seu caso e sem mesquinhas de contagem de votos. As eleições eram uma hipotetizável de facto para o MPLA. Assim, mais nada.

Decididamente, a ganância do MPLA desorientou a generalidade com que a tradição. Foi vez de se deixar mais, que era o momento de negociar os im-ómnios e suas, que causaram estes erros todos, queriam falar - porque o povo votou! Pois agora, se quiserem ser aceites pela comunidade internacional, não ter que dar muito mais facilidades ao investimento estrangeiro.

Quando se dr. Savinhi, vemos uma forma de se manifestar o mesmo espírito mental da mesma: é no-motó-lo doutor "honoris causa" da Universidade de Coimbra, pelo seu esforço realizado na criação da faculdade de medicina.

* Director da revista portuguesa "Pública Opinião"

De "Vittorio" pré-MPLA ou pré-UNITA em Portugal parecem não querer entender que agora "Vittorio" que, no essencial, partilhava a mesma visão, mas, que se se procura ver, não se vêem, têm por função assegurar a mesma ambição de poder do solido e exclusiva. Estavam perante uma espécie de versão tropical de Dupont e Dupond em tudo iguais, desde as regras éticas que os sustentam até aos métodos e procedimentos que utilizam.

Paradossalmente, poder-se-á estar agora mais próximo de uma solução aceitável para ambas as partes. As eleições tiveram pelo menos o mérito de mostrar ao MPLA e à UNITA que cada um dispõe de uma forte base popular nas respectivas regiões. A batalha de Luanda e a incapacidade da UNITA para ocupar, de forma duradoura, os centros urbanos mais importantes, poderá converter Savinhi a resistir à tentação de declarar um Estado independente no Planalto Central. Uma cidade de importância estratégica, nas palavras e nas acções, por parte da África do Sul constituiria desvantagem para a defesa o espectro da segurança. Seria natural que Portugal voltasse a desengajar um papel de mediador na aproximação das partes em conflito e talvez fosse assente que a comunidade internacional considerasse a situação assim.

Como? através de um Governo de unidade nacional que inclua os principais partidos, como os seguiu a desgracia a propor? Indubitavelmente, as relações sérias não asseguram a sua possibilidade e a complexidade da situação parece exigir um "supercoer" mais realista: em primeiro lugar, fazer depender a mar-vação da segunda volta das eleições presidenciais do reduto internacional dos escritos de Bicesse em matéria de desarmamento e desarmamento. A negociação de Mozambique, seria criada uma Organização de Segurança da Paz que verificasse o cumprimento do cessar-fogo e o progresso desarmamento das unidades. Por outro lado, e para evitar os erros alegados de Franco, o papel da ONU não se devia limitar ao envio de observadores. A extensão da autoridade do Estado a todo o território nacional seria como reconhecer a organização de todo o processo eleitoral pelas partes. Nogueira Unidos.

E se, como tudo leva a crer, Savinhi não se deredado da situação? Ao assumir o papel de líder de uma geração emergente, o dr. Jonas Savinhi conquistou, junto das suas características características por 30 anos de guerra, um prestigio e uma autoridade que o habilitam em posição favorável para vencer as eleições seguintes. Seria então imperante partir as respectivas tarefas operativas em relação à democracia em África. Foi mesmo no caso de Angola, se-estava a preparar a recolocar que se asse-temas não tinham resolvido à prova das eleições.

* diplomata português

“A reacção dos civis foi surpreendente”

PÚBLICO

BENGUELA-FEIRA, 16 NOVEMBRO 1975

O GOVERNADOR de Benguela, Paulo Jorge, é um político hábil e experiente. Antigo ministro dos Negócios Estrangeiros do MPLA, apenas levanta a voz quando repete pela segunda vez a ideia que quer transmitir. “Como é que há alguém que não entende que a UNITA desencana de uma nitida e clara tomada de poder pela força?” E, na sua provincia, o caso é sério. Em seis dos nove municípios não há administração. Ou, melhor, esses municípios estão controlados pelos homens de Savimbi. Para mais, Benguela está dividida e o Lobito, se bem que as instituições funcionem, está muito perto do que se pode chamar uma cidade “tomada”.

Sente-se sitiado? Silêncio. “Não!”. Benguela está em perigo? Já sem pausa: “Não. Mas ainda há uns homens da UNITA espalhados por aí”. É que Paulo Jorge sabe agora que dispõe de um potencial armado por toda a cidade: civis. “Eles (UNITA), de início, estavam numa posição de superioridade. Não contavam com a reacção das pessoas, que foi surpreendente”.

Milhares de armas foram distribuídas à população civil — na sua maioria desmobilizados

de guerra, refere — que as utilizou e guardou (ver PÚBLICO de ontem). É com este manancial que o governador sabe poder agora contar. Se tal for necessário. “Desmontámos o nosso dispositivo mas também facilmente o podemos novamente operacional”.

Nas suas palavras, escolhidas com tacto, está-se a viver em Benguela “uma cessação precária de hostilidades num país em guerra”. Realça os termos “país em guerra”. Tal justifica a manutenção do recolher obrigatório, “que deve estar para durar”.

Um dos problemas com que se debate é o descontentamento dos comerciantes que foram saqueados após o fim das hostilidades. O governador de Benguela afirma que não pode fazer nada. “Diga-me um só caso em que não se deram pilhagens após uma guerra?”, desafia. Tanto mais que considera que os saques foram instigados pela UNITA. “É um duplo fenómeno: a UNITA necessita de reservas e as pessoas têm todo o tipo de carências”. O PÚBLICO refere ter visionado um vídeo amador onde polícias também participam no saque.

“Já ouvi falar dessa situação mas assim os senhores sabem mais que eu”.

O que lhe interessa, neste momento é manter o “clima de contenção”. E, se o seu interlocutor da UNITA não se mostra optimista, Paulo Jorge opta pela cautela. A sua estratégia é dizer que tudo depende agora do outro lado. Certo é que no dia 4 de Novembro já possuía um acordo de cessar-fogo que tem sido respeitado. “Foi a UNITA que pediu conversações”, esclarece, “o que não deixa de ser consequência do que se passou em Luanda”. Mas, a situação que se vive no país, é ele quem o diz, só chega ao governador de Benguela através da rádio e da televisão.

Na sua provincia, as informações que lhe chegam são de que a UNITA continua numa “caça ao homem que ainda está a fazer muitas vítimas por esses mortos”. Refere, a título de exemplo, as mortes de sobas no Cubal e no Ganda, municípios que a sua administração já não controla. “São cicatrizes muito grandes que só o tempo poderá apagar”. Mas, repete, depende da outra parte impedir nova calamidade. Ao despedir-se dá nova definição da situação: “Tant bien que mal”. ■ L. P. M.

PÚBLICO
SABADO, 14 NOVEMBRO 1975

Observadores da UNITA contra resultados

TRÊS FRANCESES, convidados pela UNITA como observadores internacionais às eleições de 29 e 30 de Setembro, apelaram ontem em Paris à ONU para que “organize integralmente” um novo escrutínio. O grupo, de que fazia parte Jacques Gasseau, antigo embaixador de França em Angola, e a que se juntou a jornalista Maria Antónia Palla, observadora internacional também a convite da UNITA, apresentou os documentos já mostrados à imprensa portuguesa e que, do seu ponto de vista, fundamentam as alegações de Jonas Savimbi de que o Governo cometeu uma “fraude generalizada” no apuramento dos votos (ver PÚBLICO de 6/11/75). Em muitos casos, os votos foram “aumentados ou diminuídos entre 9 e 12 por cento, quando, segundo os resultados oficiais, os dois candidatos não ficaram separados por mais de nove por cento”, disseram. ■

Médico morre, russos faltam

UM MÉDICO belga da equipa dos Médicos Sem Fronteiras que opera em Angola morreu ontem na Cidade do Cabo, na sequência de ferimentos sofridos no Huambo, onde foi atacado por um homem que roubara uma moto da casa daquela organização na cidade angolana. Em Luanda, foram considerados desaparecidos três engenheiros russos — um dos quais do sexo feminino — que a UNITA tomara como reféns logo a seguir aos combates da capital, no início do mês. Os restantes reféns (55 russos e 18 brasileiros) já foram libertados. ■

Holden Roberto quer cimeira

HOLDEN ROBERTO, líder da FNLA, o terceiro partido angolano mais votado nas eleições, disse ontem em Luanda que “só um encontro entre Jonas Savimbi e José Eduardo dos Santos poderá servir de ponto de partida para acabar com a actual crise”. Falando após um encontro com Eduardo dos Santos, o líder histórico da FNLA considerou que a realização das eleições foi “um acto precipitado”, dada a situação de controlo militar por partidos em várias regiões de Angola. ■

TERMINADA por agora a guerra civil em Moçambique, com excepção da cidade de Lugela, que continua teatro de renhidos combates entre soldados do Governo e da Renamo, a primeira crise séria depois de posto em marcha o processo de paz previsto pelos Acordos de Roma surgiu do exterior. Quarta-feira, o Zimbábue, cujas tropas permaneciam em território moçambicano para garantir a segurança do chamado «corredor da Beira», anunciou que suspendia a retirada em curso dos seus soldados, alegadamente a pedido das Nações Unidas. A justificação foi prontamente desmentida pelo próprio comandante dos «capacetes azuis», G. Sinhá, que disse ser completamente alheio ao facto. Na rota de colisão que fora e dentro do país lembra cada vez mais a situação em Angola, os dirigentes da Renamo consideraram a recusa como «uma grave violação dos acordos assinados» e «um balão de ensaio para testar a reacção das suas forças e da ONU». O processo de paz em Moçambique, que começou tarde e com metas optimistas, apresenta-se frágil e susceptível de ruir à mais pequena dificuldade. O objectivo da realização de eleições para o final do próximo ano é posto claramente em causa, dada a inexistência de infra-estruturas que o possibilitem. Entretanto, tentando criar as previstas forças armadas únicas, as autoridades nacionais e internacionais deparam com a dificuldade em acantonar os dois exércitos. Da parte da Renamo, a maioria é constituída por crianças em idade mais adequada aos bancos da escola.

Samora gera vaga de emoção

Samora gera vaga de emoção

SAMORA é notícia em Moçambique. É um guroto strevido que se apresentou frente às câmaras de televisão como combatente da Renamo e, com isso, provocou uma onda de emoção na opinião pública, já chocada pelos relatos de ataques a aldeias, camiões e autocarros por bandas de crianças de palmo e meio.

Já em Roma, durante a fase crucial das negociações, no Verão, chegou a ser afirmado que os números reduzidos propostos pela Renamo para o novo Exército tinham como pano de fundo o elevado número de crianças integradas nas suas fileiras. O tema voltou agora à baila e esta organização, quando confrontada com o problema, não tem uma resposta clara. Alguns dirigentes, como Anselmo Vitor, reconhecem a existência de crianças, mas negam que tenham recebido treino militar. Outros, como Raul Domingos, chefe da delegação do movimento em Maputo, negou peremptoriamente: «É como um filme de 'cow-boys'. Hoje, com a tecnologia moderna, é possível fazer montagens».

Os funcionários das Nações Unidas temem contudo que a publicidade em torno da utilização das crianças provoque o empolamento e politização do problema, o que poderá afastá-las dos programas de atendimento. Informações não totalmente confirmadas indicam que as crianças armadas da Renamo estão a ser agora confinadas mais para o interior.

Do lado governamental também não há posições uniformes. Para muitos,

não deixa de ser embaraçoso constatar que o Exército moçambicano, que nunca reconheceu formalmente as suas fraquezas, tenha tido como oponentes bandas de crianças e adolescentes. «Era a guerra», esquivava-se, com um encolher de ombros, o oficial-de-dia de uma guarnição a 30 quilómetros de Maputo. O director da Acção Social, Gabriel Dava, prefere tratar o assunto como uma «questão técnica» e apelar à que, reconheça-se ou não a sua existência, se admita que há crianças nas zonas de guerra, que por isso «têm de ser reabilitadas psico-socialmente».

Apesar da aplicação do processo de paz estar atrasada pelo menos quatro semanas, o acantonamento das tropas vai trazer novos desenvolvimentos. Anselmo Vitor pensa que se deve ajudar as crianças a procurar as suas famílias. «Elas não são militares, portanto não podem ser integradas nas forças armadas a criar», afirma. Se as crianças forem acantonadas, a Renamo poderá expôr-se ainda mais, mas os funcionários da ONU e das organizações não-governamentais (ONG) pensam que é a forma mais efectiva de se ter acesso ao grupo.

Reconhecendo os escolhos políticos no processo, as ONG, que têm vindo a trabalhar nas áreas governamentais, pensam que o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) tem um papel crucial na primeira fase do processo por ser um organismo de carácter neutro e ter contactos de anos com a Renamo. Mas a situação não é fácil. Um funcionário de uma agência humanitária declarou: «A Renamo está agora a constatar que o CICV, para além de distribuir comida e medicamentos, também tem preocupações sobre os direitos humanos».

Don Matteo Zuppi falou ao PÚBLICO da paz em Moçambique

Medianeiros responsabilizam ONU

Jorge Heitor

Depois dos acontecimentos em Angola, os medianeiros da paz conseguida para Moçambique também não querem arcar sozinhos com a responsabilidade do que irá acontecer naquele país. Um deles, o sacerdote italiano Matteo Zuppi, disse ao PÚBLICO que quase tudo depende agora da ONU e da actuação dos «capacetes azuis» que para ali enviar.

Um dos arquitectos do processo de paz para Moçambique, o sacerdote italiano Matteo Zuppi, afirmou ontem ao PÚBLICO que o Acordo Geral assinado em Roma a 4 de Outubro «está agora na mão das Nações Unidas», cujo papel irá ser decisivo.

Don Matteo, 37 anos, presidente da organização não governamental Solidariedade com o Terceiro Mundo e membro do Conselho de Presidência da Comunidade de Santo Egidio, onde durante dois anos decorreram as conversações para o fim da guerra entre a Frelimo e a Renamo, esteve nos últimos três dias em Lisboa para trocar impressões com algumas entidades sobre o que se passa em Angola e a forma como começa a ser implementado o Acordo Geral para a paz em Moçambique.

Foi recebido pelo Presidente da República, por Maria Barroso Soares, pelo cardeal patriarca e pelo chefe de gabinete do ministro Durão Barroso, e disse-nos ser admissível uma reformulação

do calendário estipulado em Roma — no sentido de dilatar o prazo de um ano previsto para a organização de eleições gerais — e o urgente o envio para território moçambicano de alguns milhares de «capacetes azuis».

Conferência de doadores

A conferência internacional de doadores que em meados de Dezembro se realiza na capital italiana, para reunir os fundos necessários a todo o cumprimento do Acordo Geral de Paz, e o profundo empenhamento das Nações Unidas vão ser essenciais para que tudo se processe de uma forma razoável — opinou Don Matteo Zuppi, cuja comunidade cristã de 15 membros tem colaborado com projectos de desenvolvimento em Moçambique, Somália, Etiópia, Vietname, Guatemala e Albânia.

O que é preciso é evitar que se verifiquem violações ao cessar-fogo e impedir que haja reacções em cadeia. Para isso, é essencial que dentro de algumas semanas sigam para solo moçambicano dois ou três mil capacetes azuis, parte dos quais de língua portuguesa (designadamente brasileiros) — considerou o padre Zuppi, pároco coadjutor da basílica de Santa Maria in Trastevere.

Quanto à conferência de países e organizações doadoras que dentro de um n deverá reunir em Roma, durante dois dias, tem por objectivo garantir o financiamento necessário para a organização das primeiras eleições livres em Moçambique e para os programas de emergência e reintegração das populações deslocadas e refugiadas (alguns milhões de pessoas) e dos cerca de 70 mil militares a desmobilizar pelo Governo e pela Renamo. ■

Bissau abranda

PÚBLICO

SÁBADO, 14 DEZEMBRO 1992

A NOVA Constituição que está a ser redigida na Guiné-Bissau prevê a supressão da pena de morte e da prisão perpétua, bem como o fim da tortura nas prisões e a entrada intempestiva da polícia na casa dos cidadãos — anunciou ontem a Comissão Multipartidária de Transição, que prepara eleições presidenciais e legislativas para o primeiro semestre de 1993. ■

A paz precisa de tempo

João Ferras,
em Maputo

O Governo moçambicano e a Renamo comunicaram na terça-feira à comissão encarregada do controlo do cessar-fogo (CCF) que o número total de soldados a acantonar é de cerca de 82 mil, 61 mil pelo lado do Governo, 21 mil pelo lado do movimento de Dhlakama, informou o tenente-coronel G. Sinhá, responsável pelos observadores militares da ONU. O acantonamento das tropas deverá preceder a desmobilização dos exércitos rivais e a constituição de um futuro exército único.

Os cálculos de Aldo Ajello, representante especial do secretário-geral da ONU, o dispositivo de controlo do cessar-fogo e do processo eleitoral necessitará, "num primeiro tempo", de um efectivo de 2500 homens, dos quais 300 observadores militares.

O processo de paz está a avançar, mas muito mais lentamente do que o previsto no Acordo Geral assinado em Roma. Isto deve-se, essencialmente, ao calendário pouco realista que foi estabelecido ao fim de negociações que, pela sua duração, aconselhariam mais prudência.

Logo à partida, estabelecia-se que, no dia da entrada em vigor do cessar-fogo, deveria a ONU estar já no terreno para controlar esse cessar-fogo em conjunto com uma série de comissões encarregadas da supervisão de todo o processo.

Em prazos curtos deveriam também ser criadas comissões para controlar a actividade da polícia e do Serviço de Informação e Defesa do Estado.

Ora o melhor que se conseguiu foi que, no dia 15 de Outubro, dia da entrada em vigor do cessar-fogo, chegasse a Maputo o representante interino do secretário-geral da ONU, Aldo Ajello, e 25 capacetes azuis. As comissões não estavam formadas nem o iriam ser tão cedo. E, sem as comissões, nada se podia fazer.

A questão dos alojamentos "compatíveis" que a Renamo levantou, e continua a levantar até ao momento, atrasou ainda mais o processo. Sem querer alojar-se em hotéis nem aceitar as casas que o Governo lhes cedeu, a delegação da Renamo só veio para Maputo quando a embaixada italiana lhe cedeu uma residência.

Mas nem nesse momento se começaram a discutir as questões de fundo. Os primeiros dias da estadia de Raul Domingos em Maputo foram passados a ver ca-

das e outras questões do mesmo tipo. Só no fim da semana passada foram formadas as comissões que, de adiamento em adiamento, pouco fizeram até agora: definiram os locais de acantonamento e número de forças a acantonar e iniciaram o estudo das acusações de violação do cessar-fogo.

da Renamo mais flexível e realista, permitindo a realização do processo com menos rapidez mas mais eficiência e segurança. ■

Evitar a repetição de Angola

Este ritmo pouco acelerado dos acontecimentos cria em todos os observadores dúvidas muito fundas sobre o cumprimento do resto do calendário, à partida muito apertado.

Fazer eleições em Outubro de 1993 parece apenas praticamente impossível de cumprir, principalmente se não se quiserem cometer os erros que conduziram aos trágicos acontecimentos de Angola.

Na verdade, a situação em Moçambique é a de um país de cerca de 16 milhões de habitantes em que cerca de cinco milhões foram afastados para longe das suas zonas de origem pela guerra e pela fome. Mais de um milhão estão nos países vizinhos e os outros deslocados dentro do próprio país.

Com o fim das hostilidades algumas dessas pessoas estão a começar a regressar, mas é um processo ainda muito lento.

Só depois de todo este processo terminado é que se pode fazer o recenseamento eleitoral, actividade que necessita de estradas transitáveis, de viaturas em quantidade e de pessoal minimamente treinado para o efeito, entre muitas outras condições. Ora as estradas estão, de uma forma geral, em estado caótico, muitas delas minadas e com as pontes destruídas, viaturas não há e, dos cerca de 40 mil recenseadores que se pensa serem necessários, até ao momento não foi formado nenhum.

Tudo isto leva a pensar que o prazo de Outubro de 1993 é quase impossível de cumprir, pelo menos se se quiser evitar problemas como os de Angola.

Resta saber se as duas partes aceitarão o adiamento das eleições, principalmente a Renamo que sempre defendeu prazos mais curtos.

No entanto, a vida em Maputo, onde o movimento de Afonso Dhlakama irá, muito provavelmente, procurar obter todas as vantagens materiais antes das eleições, perante justificadas dúvidas de que as venha algum dia a vencer, talvez torne a delegação

Claustrofobia

Nos últimos tempos a pressão era já tanta que muitas pessoas se arrebravam, ao domingo, a ir à Macaneta, a cerca de 30 quilómetros de Maputo, durante o dia, embora à noite a zona fosse de guerra violenta. Na garantia que não houvesse uma emboscada na estrada, mas as pessoas, na sua necessidade de sair, corriam o risco.

Hoje, com o cessar-fogo, em teoria nada impede que as pessoas comecem a fre-

PARA O CIDADÃO de Maputo, os anos da guerra significaram anos de claustrofobia, fechados no círculo e sem possibilidade de sair para as várias estações turísticas do Sul do país sem correr grave risco de morte. Isto para pessoas habituadas ao longo dos anos a frequentar assiduamente praias como a Ponta do Ouro, Ponta Malongane, Macaneta, Bilene, Xai-Xai e outras, ou estâncias de montanha, como a Namacha.

Moçambique

A ITÁLIA organiza no fim deste mês, em Roma, uma conferência de todos aqueles que estiverem dispostos a contribuir financeiramente para a normalização da vida em Moçambique; e anunciou já que vai contribuir com 100 milhões de dólares, esperando que os restantes países se coloquem "ao mesmo nível". ■

«Não tenha medo, tio»

«UNGATCHAVI tio, bokombela swakuda kumbe mall nyane» (Não tenha medo tio, estamos apenas a pedir comida ou um pouco de dinheiro), sorregoo-me Pieter Tosh em shangane, um dialecto do Sul de Moçambique, com um sorriso saçado.

Este jovem moçambicano afirma ter 16 anos de idade, seis como «soldado» e dois como «comandante» da Renamo. Interpelou-me nas imediações da aldeia comunal 3 de Fevereiro, a 80 quilómetros a norte de Maputo, numa zona que, durante a guerra civil, era um verdadeiro «conrador da morte» na estrada nacional nº 1 em Moçambique. Dirige um grupo de cerca de 30 rapazes, todos desarmados, entre os 10 e os 15 anos, uns fardados, outros semifardados e muitos à civil. Alguns pareciam embriagados.

«A guerra já acabou, estamos aqui apenas para pedir comida, porque lá na base há fome. Não podemos atacar nem fazer saques. Proibiram-nos de disparar, até mesmo contra os animais», diz Pieter Tosh, gesticulando largamente. Sob o olhar atento dos companheiros, fazia o ponto da situação da zona sul e assegurava que na região as pessoas podiam viajar sem problemas: «Ninguém vai disparar contra ninguém».

«Os nossos comandantes dizem que vamos ser acantonados ou voltar para as nossas casas e que ninguém mais volta para a guerra. Os nossos irmãos da Frelimo também vão ser acantonados pelos Italianos», prossegue ele, para me informar sobre o processo que envolverá 61.638 soldados governamentais e 21.000 guerrilheiros da Renamo e conduzir à desmobilização e integração nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), sob supervisão da ONU.

Doze latas de cerveja «Lion», importada da Swazilândia, vinte mil meticais (cerca de 20 escudos portugueses) foi quanto ofereci aos rapazes soldados da Renamo, em jeito de «contribuição», como todos os que viajam pelas estradas de Moçambique. Foi há uma semana e permitiu constatar no terreno o andamento do processo de paz. De carro e sem escolta, já é possível viajar do Maputo ao Xai-Xai, uma cidade a 220 quilómetros para norte, passando por Esperança, Manhica, Pateque, Malwane e Tanninga, localidades tristemente célebres para os moçambicanos que, há apenas mês e meio, consideravam uma aventura sair vinte quilómetros para além dos centros urbanos.

Agora, fazer uma viagem por terra volta a ser uma agradável experiência. As companhias de transporte de passageiros da região Sul do Save retomaram as tradicionais carreiras de ligação entre as cidades e o interior, e a transportadora Oliveira e Turismo, a maior e mais antiga companhia privada de todo o país, anunciou a introdução de novas carreiras.

Lentamente, a vida volta à normalidade nos campos, onde caíram as primeiras chuvas de Verão e as árvores exibem já um verde de esperança. «Putos» irrequeitos vendem a banana na vila da Palmeira e na Manhica, e o ananás no Bilene e na Macia. «É um autêntico reviver dos tempos do antigamente», comenta um companheiro de viagem que conquistou no regresso, e que viveu os tempos da guerra nas estradas moçambicanas.

O impasse do Partido Nacional

A impaciência do futuro

O "APARTHEID" morreu, mas a África do Sul pós-"apartheid" tarda em nascer. Há um interregno de incerteza que impacienta muita gente. Mas afinal para onde vai o país dos boers, dos xhosas e dos zulus? Que está para lá dos "sintomas mórbidos" que podem acompanhar estes interregnos, como dizia Gramsci?

A estudiosos como Anthony van Nieuwkerk e Robert Price ouvimos há pouco, numa conferência do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, em Lisboa, longas reflexões sobre a política de transição na África do Sul. Ou seja, sobre o enterrar do "apartheid" e a difícil construção de uma sociedade democrática.

Muitos observadores, distantes da cena dos acontecimentos, desejariam que ao fim formal do sistema de segregação racial se seguisse de imediato a organização de eleições gerais e a formação de um Governo que estivesse de acordo com a vontade da maioria. Mas isso é simplificar demasiado aquilo que por natureza é bastante complexo.

Todos sabem que o processo de transição na África do Sul começou verdadeiramente em Fevereiro de 1990, quando o Presidente De Klerk decidiu libertar Nelson Mandela e autorizar as actividades tanto do ANC como do Partido Comunista. Mas nem todos aceitam facilmente que este processo terá de levar pelo menos uns cinco anos, até que o povo vá livremente às urnas e escolha de uma forma normal todas as suas instituições, à margem de qualquer forma de pressão ou de violência.

Como nada se encontra pre-determinado por um Deus "ex-machina", o resultado deste período de transição é verdadeiramente incerto, sendo extremamente difícil delinear calendários, do género dos que apontassem que no fim deste ano já haveria um Governo Provisório e se estaria a eleger uma Assembleia Constituinte.

Entre a Reforma tecnocrática do Partido Nacional e a Revolução do ANC, a violência alastrou e o futuro foi sendo adiado, não tendo, até agora, dado qualquer resultado a Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa) em que, no fim do ano passado, se tinha depositado grande esperança.

Quando a partir de Maio último o impasse começou a travar o passo daquele processo negociado, Governo, ANC, Inkatha e outras forças significativas da sociedade sul-africana deixaram — pelo menos por uns tempos — de tratar dos grandes princípios constitucionais em que se deverá basear a África do Sul no limiar do ano 2.000.

Parece-nos bem que já não vai ser possível antes de 1993 o Governo interino que muitos tinham esperado em meados de 92. Continua por definir o estatuto do Transkei, Bophutatswana, Venda e Ciskei, territórios a que o "apartheid" tinha dado uma "independência" que ninguém reconheceu. Não se sabe quando é que vai ser possível eleger uma Assembleia Constituinte. Nem travar a violência que na última década tantos milhares de mortos causou.

Apesar de todo o clima internacional aparentemente propício à negociação e ao compromisso, não é nada fácil ao Partido Nacional e ao ANC — para não falar de outros parceiros —

sentarem-se frente a frente e aprofundarem: o tão proclamado desejo de diálogo; pois que atrás de si existem 80 anos de profundo antagonismo, que deixaram grandes feridas.

No fim de Setembro de 1992 Mandela e De Klerk voltaram a ter uma das suas cimeiras, mas logo a seguir se verificou que não lhes seria nada fácil — uma vez mais — encaminharem-se para um Governo interino e para a escolha de uma Assembleia Constituinte. Além do mais, porque Mangosuthu Buthelezi e o seu Partido Inkatha não queriam ficar de fora, relegados para a posição de parceiros menores.

O Governo, assegurado desde 1948 pelo Partido Nacional, tem-se mantido em funções por mais alguns meses do que certos observadores supunham porque à margem dele proliferaram os actores de tão complexo drama: ANC, Partido Comunista, Congresso Pan-Africano (PAC), Partido Democrático, empresariado, sindicatos, Inkatha, extrema-direita, governos dos bantustões...

Enquanto A se alia com B, se afasta de C, namora D ou faz a guerra e Y, o Governo de Frederik de Klerk vai-se mantendo por mais um semestre, alegando muito justificadamente que não existem condições imediatas para a formação de um novo Executivo e que qualquer precipitação do processo pode levar ao caos.

No entender do Partido Nacional, a política na África é muito diferente da europeia ou da norte-americana e não basta constatar que um partido tem 51 por cento do eleitorado para que se lhe entregue a administração do país, pois que as minorias também querem a sua quota-parte do poder, sob pena de se rebelarem e causarem distúrbios.

Pelo menos, o grupo de Frederik de Klerk deseja inscrever nas suas fileiras uns quantos negros, mestiços e indianos, de modo a deixar de ser considerado um partido exclusivamente de brancos, já sem qualquer papel na África do Sul do futuro. Mas essa remodelação das bases, e até mesmo dos próprios quadros, não é nenhuma operação de cosmética que se possa facilmente concretizar em um ou dois anos. Há que dar tempo ao tempo, para que o Partido Nacional eventualmente ganhe hipóteses de sobrevivência, não se ficando como o mero representante de apenas sete ou oito por cento de todo o eleitorado sul-africano.

Conforme já aqui escrevemos no mês de Março, por altura do referendo em que dois terços do eleitorado branco disse "sim" às negociações com a maioria negra, muitos dos brancos da África do Sul não se converteram "de profundis" à ideia de que são cidadãos iguais a quaisquer outros. Apenas foram realistas e verificaram que não podiam ficar por mais tempo isolados do resto do mundo.

O imperativo das circunstâncias, incluindo a estagnação económica, e não nenhuma crise de consciência é que levou o eleitorado do Partido Nacional a aproximar-se das teses do Partido Democrático de Zach de Beer e a aceitar o diálogo com os representantes da maioria. Mas, como se depreende do que acima ficou dito, este diálogo não é nenhum mar de rosas e o processo de transição ainda terá de levar os seus anos, cheio de altos e baixos.

A DEMISSÃO, nesta semana, grandes talentos à volta do Pr do secretário-geral do Partido Nacional veio acentuar o impasse em que se encontra a força que há 44 anos governa a África do Sul. Stoffel van der Merwe afastou-se da administração do partido governamental sul-africano, por entre fumos de corrupção e num ambiente que aponta para o esgotamento do papel histórico do grupo que desde 1948 se encontra à frente do mais desenvolvido país da África Austral.

Oficialmente Van der Merwe sai da direcção do partido e do seu lugar de deputado, no fim do ano, por motivos pessoais, desejando enveredar pela carreira de analista político. Mas a verdade é que é o terceiro político de destaque a afastar-se do Presidente De Klerk no espaço de alguns meses, depois de Gerrit Viljoen e de Barend du Plessis, que detinham as pastas de Desenvolvimento Constitucional e das Finanças, respectivamente.

Na segunda-feira, um juiz de Joanesburgo, Oelof de Meyer, detectou grandes anomalias na administração do Lebowa, um dos bantustões criados pelo Partido Nacional: ineficiência, negligência, fraude, finanças caóticas.

Os bantustões são coordenados pelo Departamento de Auxílio ao Desenvolvimento, uma das pedras básicas da política de apartheid com que durante décadas se procurou defender na África do Sul a teoria da supremacia branca. E em 1989 e 1990 van der Merwe esteve precisamente à frente daquele organismo.

Viljoen, que antes dele fora o responsável pelo departamento, demitiu-se em meados do ano, precisamente depois de terem surgido outras notícias sobre corrupção nos bantustões. E a opinião pública associou automaticamente um caso ao outro. Nenhum dos homens foi pessoalmente implicado, mas mande a moralidade em vigor em muitos países que um político assuma a responsabilidade por qualquer fraude ocorrida na sua área de influência.

Viljoen, Barend du Plessis e Van der Merwe eram considerados elementos da ala reformista do Partido Nacional, aquela que permitiu a Frederik de Klerk tomar as suas atitudes liberais de Fevereiro de 1990, na sequência das quais se esperou que por esta altura a África do Sul já tivesse um Governo de Transição.

Mas a verdade é que nos últimos tempos o partido estagnou, sem que na sua hierarquia se tenha detectado ainda uma previsível e desejável injeção de sangue novo.

Não há uma abundância de

o secretário-geral do Partido Nacional. Os ministros, que são mais novos, não têm força suficiente para influenciar o curso dos acontecimentos. Roelf Meyer, que substituiu Viljoen como ministro do Desenvolvimento Constitucional, é a excepção numa equipa ministerial essencialmente constituída por homens que já vêm do tempo do Presidente Pieter Botha.

Contradições

Frederik de Klerk — um pouco como Mikhail Gorbachov, há 16 meses — é um político relativamente isolado, apesar da sua vitória pírrica no referendo que em Março organizou entre o comunidade branca da África do Sul.

O Presidente teria tentado o impossível, ao prometer a eleitorado branco que a mudança para uma sociedade pós-apartheid teria lugar em condições que não colocariam em perigo os valores e realizações das diferentes comunidades e indivíduos. E por isso parece agora envolvido numa feia de contradições, que apresenta eventualmente o risco de o estrangular.

De modo a conseguir os seus objectivos, defendeu um forte representação das minorias no Parlamento e uma ampla regionalização, que se poderia agradar ao Partido Inkatha, não está de forma alguma de acordo com o centralismo preconizado pelo ANC, de Nelson Mandela.

De Klerk — e com ele Viljoen e o ministro das Relações Exteriores, Roelf "Pik" Botha — sonhou em reformar o Partido Nacional numa aliança de etnias que, com cariz moderado, fosse capaz de fazer frente nas urnas ao radicalismo esquizoide do ANC e à militância zulu do Inkatha. Mas por isso o tempo talvez já lhe se escasso, pois não é decerto em dois ou três anos que se modifica por completo a essência de um partido.

É neste ambiente de muitas esperanças quase desfeitas e de um cerco de desercões que à sua volta se aperta que Presidente da África do Sul terá agora de escolher um sucessor para Van der Merwe no lugar de secretário-geral do partido governamental. Ou seja, alguém que o ajude, em termos concretos, a substituir o milagre: a transformação do Partido Nacional em força essencial da supremacia branca em grupo verdadeiramente estabilizador e democratizador de toda a sociedade sul-africana.

Jorge Heiler
com Steven Lee
em Joanesburgo